

OS JUÍZES DO TRABALHO E A PRISÃO CIVIL

(*) **Ocino Batista dos Santos**

Um dos temas que mais têm sido debatidos nos meios Jurídicos, principalmente entre aqueles que atuam perante a Justiça Laboral, nos últimos tempos, é, sem dúvidas, a prisão civil determinada por Juízes do Trabalho.

Vez por outra somos pegados de surpresa diante da determinação dos senhores Magistrados expedindo mandado de prisão contra testemunhas, reclamados e até mesmo contra alguns causídicos no legítimo exercício de suas funções de auxiliares indispensáveis à administração da justiça, segundo está vazado no artigo 133, da Carta Maior, que adianta ainda ser o advogado inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

O relacionamento advogado/magistrado deve pautar-se, unicamente, no respeito recíproco e na defesa intransigente de suas teses jurídicas ou doutrinárias, mas sem se afastar do campo das idéias e do direito.

A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, Capítulo I, Art. 5º, LXVII, dispõe, *in verbis*:

" Art. 5º.....

LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;

Ora, não estando o Juiz do Trabalho investido na Jurisdição Criminal, não poderá determinar a prisão civil de quem quer que seja, salvo nos casos previstos na lei, ou seja, depositário infiel ou em flagrante delito, hipótese em que poderá ser preso não só pelo Juiz do Trabalho, mas por qualquer pessoa do povo.

(*) **Ocino Batista dos Santos é bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Universidade Federal da Paraíba e Servidor Público Federal (TRT), em João Pessoa-PB.**

E por que não há que se admitir a prisão civil determinada por Juiz do Trabalho? A um, por lhes faltar competência para determinar a medida extrema; a dois, por ferir de morte um dispositivo constitucional que assevera a impossibilidade de alguém vir a ser privado de sua liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal. Diante de tal assertiva, como admitir-se que possa um Magistrado da Justiça Laboral determinar a prisão civil de um reclamante, reclamado, testemunha ou até de um advogado, apenas determinando ao Chefe da Secretaria que digite um mandado de prisão ou mesmo telefone para o Departamento de Polícia Federal, solicitando a presença de Agentes daquele departamento a fim de efetuar uma prisão, quando a Carta Magna exige expressamente que a ordem de prisão será *escrita e fundamentada pela autoridade judiciária competente*.

A prisão civil determinada por Juiz do Trabalho, além de ser considerada uma violência contra o cidadão, que se vê privado de um dos maiores direitos do ser humano, a liberdade, sem que para isto tenha sido obedecido um processo legal, onde lhe fosse assegurado o amplo direito de defesa, atenta igualmente contra a dignidade da própria justiça em razão de ter sido determinada por quem não detinha a devida competência para fazê-lo.

A nova ordem constitucional não admite que se pratique tal violência contra as pessoas do povo. Determinar prisão civil, sem a observância do processo legal, agride a legalidade, atenta contra a ordem pública e humilha o cidadão, que tem como única esperança a concessão da ordem de "*habeas corpus*", que antes de se tornar o remédio heróico e salvador, capaz de sanar a injustiça praticada, poderia, perfeitamente, ser evitado por outro remédio muito mais heróico e infalível que se chama "*bom senso*".

A Suprema Corte de Justiça do país e guardiã maior da Carta Magna tem decidido que a competência para conceder a ordem de *habeas corpus* contra ordem de prisão civil determinada por Juiz do trabalho é do Colendo Tribunal Regional Federal-TRF, e o tem feito com fundamento no artigo 108, I, "d", que assim dispõe:

"Art. 108 - Compete aos tribunais Regionais Federais:

I - processar e julgar, originariamente:

.....

d) os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal.

(o grifo não é original)."

Ora, como se admitir que o artigo ao citar juiz federal, tenha aí incluído também os Juízes do Trabalho? Quando a Constituição quis fazer tal inclusão, o fez de forma clara e cristalina como ocorre, por exemplo, quando trata da competência do Colendo Superior Tribunal de Justiça para julgar originariamente por crimes comuns as autoridades que elenca e aí estão inclusos os membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Outro argumento que reforça a tese de que o artigo 108, da Constituição Federal ao usar a expressão *juiz federal*, o fez referindo-se unicamente àqueles Magistrados vinculados às Varas da Justiça Federal, pode ser comprovada pelas letras "b" e "c" do mesmo dispositivo, que assevera ainda ser os Tribunais Regionais Federais competentes para julgar originariamente as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos *juízes federais* da região e os mandados de segurança e os *habeas data*, contra ato do próprio tribunal ou de *juiz federal*.

Para corroborar com a presente tese reporto-me ao v. acórdão da lavra do eminente Ministro João Orestes Dalazem do Colendo Tribunal Superior do Trabalho - TST, quando do julgamento do Proc.TST RO-HC 261.097/96.1, *in Revista LTR*, vol. 61, nº 07, julho de 1997, *in verbis*:

*"Poder-se-á objetar ainda que o julgamento de habeas corpus pela Justiça do Trabalho atritar-se-ia com o art. 108, inc. I, d, da CF/88, ao atribuir competência aos Tribunais Regionais Federais - não portanto, à Justiça do Trabalho - para julgar habeas corpus quando coator for juiz federal, Argumenta-se que sendo o Juiz do Trabalho obviamente um juiz federal, o **habeas corpus** transcenderia à competência do Judiciário trabalhista. Mas com a máxima vênica, o art. 108, inc. I, d, da CF/88, ao atribuir competência aos Tribunais regionais Federais para julgar o habeas corpus quando ataque ato de juiz federal, tem em ira o órgão da justiça Federal de primeiro grau de Jurisdição(CF/88, 106, II), até porque a Carta Magna foi expressa quando quis aludir a juízes federais em sentido amplo (art.108, I, a).*

*Objeta-se em prol da incompetência que o **habeas corpus**, conforme entendimento doutrinário dominante, é uma ação penal não condenatória e que o art. 114, da CF/88, não concedeu à Justiça do Trabalho competência alguma em matéria criminal. Isso, porém, não me parece inteiramente exato. Inequivocamente é uma ação, mas não é ação penal: é apenas ação ou remédio constitucional destinado à tutela da liberdade de locomoção. De modo que ao julgar habeas corpus, a Justiça do Trabalho não estará julgando matéria criminal e, sim, a liberdade de locomoção, independentemente, inclusive, de haver processo criminal. Portanto, não é remédio simplesmente criminal para se descartar, de plano, a competência da Justiça do Trabalho".*

E continua sua Excelência;

*" Certo que há norma constitucional expressa fixando a competência do Egr. Superior Tribunal de Justiça para julgar **habeas corpus** quando coator for Juiz de Tribunal Regional do Trabalho (art.105, I, c e a).*

*Excetuada tal hipótese, porém, de que aqui não se cuida, parece-me inarredável reconhecer-se a competência da Justiça do Trabalho para o **habeas corpus** ante o que reza o art. 114, fine, da CC/88. Trata-se de lide que se origina de decisão da própria Justiça do Trabalho. Cuida-se de típica lide derivada ou oriunda de decisão da Justiça do Trabalho, o que se afigura fundamental, no caso, para se ditar a competência da Justiça do Trabalho.*

*Entendo, em conclusão, que, salvo, quando o coator for Juiz de Tribunal Regional do Trabalho (CF/88, art. 105, I, c e a), toca à Justiça do Trabalho julgar o **habeas corpus** provindo a alegada coação de Juiz Presidente de JCJ, ou Juiz do Trabalho Substituto. Cabe ao TRT respectivo julgar virtual **habeas corpus**, com recurso ordinário ao TST, se denegatória a decisão, por analogia ao art. 102, inc. II, a e 105, II, a." (negritei).*

Neste mesmo sentido e para reforçar a tese acima esposada, os Juízes Eleitorais que também são regidos por lei federal, estariam impedidos de conceder *habeas corpus*, visto que sendo juízes federais, a competência seria remetida ao já citado art. 108, da Constituição Federal, entretanto, o art. 121, § 4º, V, assevera em sentido contrário, ao prever que das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso, entre outros, da que denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção (grifo não consta do original).

O Art. 114 da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, ao tratar da competência da Justiça do Trabalho, não limita tal competência em conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregadores e trabalhadores, mas estende esta competência para *outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças, inclusive coletivas*.

Assim somos forçados a acreditar que, primeiro, falece competência ao Juiz do Trabalho para determinar a ordem de prisão civil, salvo, naquelas restritas hipóteses em que a lei o permite; segundo, que, quando isto ocorrer, a competência para conceder a ordem de *habeas corpus* é do Tribunal Regional do Trabalho, por força do disposto na parte final do art. 114, da CF/88, e não do Tribunal Regional Federal, como tem ocorrido sempre com fundamento no art. 108, da Carta Maior, que, a nosso ver restringe-se aos *juízes federais* investidos nas varas da Justiça Federal, não se aplicando, portanto, aos demais juízes regidos por legislação federal, ou seja, os Juízes do Trabalho e Eleitoral.

Pois, quando o legislador atribuiu ao Tribunal Regional Federal competência para julgar os juízes federais da área de sua jurisdição, nos crimes comuns e de responsabilidade, incluiu expressamente os juízes federais da Justiça Militar e do Trabalho

Assim, não pode o intérprete dizer o que a lei não disse.

HORAS EXTRAS E NOTURNAS NOS REGIMES

12X24, 12X36, 24X24 E 24X48

Paulo Mont'Alverne Frota (*)

O tema ora abordado interessa a empregadores, empregados, fiscais e agentes do Ministério do Trabalho, contadores, advogados, serviços de cálculos de juntas de conciliação e julgamento e, principalmente, a juizes investidos de jurisdição trabalhista.

É comum empregados trabalharem 12 horas, folgando nas 24 horas seguintes. Tem-se, assim, o sistema "12 x 24" (popularmente, doze por vinte e quatro). Outros já laboram 12 horas e têm folgadas as 36 horas seguintes. Está-se diante do regime "12 x 36". A sistemática de jornada alongada seguida de um determinado número de horas de folga também é adotada através dos sistemas conhecidos como "24 x 24" e "24 x 48", sendo os referidos últimos números correspondentes às horas em folga.

Pois bem, incomodado com a divergência que grassava no fôro quanto ao real número de horas extras e noturnas derivadas de tais sistemas de trabalho, entendi oportuno buscar uma fórmula que de modo simples, ajudasse na dissipação da controvérsia.

Com efeito, e a partir de operações elementares, pude constatar o seguinte:

HORAS EXTRAS

REGIME 12 X 24:

*Primeira observação: somando-se 12 + 24, chega-se a 36. Ou seja, para cada 36 horas vividas, 12 são trabalhadas. Ora, 12 é 1/3 de 36.

Pois bem, usando-se de igual proporção e consideradas todas as horas de um mês, tem-se que quem trabalha 12 horas e folga 24 horas, na verdade labora 1/3 das horas de um mês e folga 2/3. Vale dizer: de cada 720 horas (total mensal = 24hs. x 30 dias) há trabalho em 240 horas, o que resulta em 20 horas extras/mês.

REGIME 12 X 36:

Usando o mesmo raciocínio utilizado no regime de 12 x 24, tem-se que o empregado, no regime 12 x 36, labora 1/4 das horas de um mês (12 + 36 = 48 e 12 é 1/4 de 48) e folga 3/4. Como são 720 horas a cada mês, o empregado trabalha 180 horas. Não há, a princípio, horas extras, já que o trabalho normal mensal é de 220 horas.